

Sistema privado de saúde corre risco

ESTADO DE SÃO PAULO

3 MAI 1994

RENATO CRAIDY CURY

Um dos mais condenáveis vícios de nosso governo é tentar regulamentar setores que, até prova em contrário, funcionam perfeitamente sem interferências oficiais. Muitas vezes, à guisa de favorecer segmentos da população, os governantes acabam tomando medidas demagógicas que resultam por prejudicar aqueles a quem pretendiam beneficiar.

É o que acontece atualmente na área da saúde privada, atividade ameaçada de entrar em colapso, diante do açodamento estatal. Essa é uma perspectiva assustadora para o empresariado que, por meio dos planos de saúde, oferece atendimento médico a milhões de funcionários.

Este enorme grupo de pessoas estará desamparado se o presidente da República assinar um projeto de decreto a ele encaminhado pelo Ministério da Saúde. Em linhas gerais, a proposta estabelece o controle do Conselho Federal de Medicina, entidade de classe, sobre as empresas de medicina de grupo, seguro-saúde e cooperativas de trabalho médico. Além disso, praticamente elimina as diferenças de planos, tornando obrigatório um atendimento quase integral, em qualquer tipo de contrato.

Com relação ao primeiro aspecto, gostaria apenas de co-

mentar que, muitas vezes, os conselhos de profissionais deturpam e exorbitam suas funções previstas em lei. Na Panex, já tivemos problemas semelhantes com os conselhos nacionais e regionais de engenharia.

Mas é o segundo aspecto que mais nos preocupa, pois terá efeitos imediatos. O projeto ignora a livre opção de contratar e desconsidera um fator básico em qualquer tipo de contrato firmado entre prestador de serviço e usuário, que é a relação custo/benefício.

Devemos ainda lembrar que a obrigação legal de prestar assistência médica é do governo. As empresas a ofere-

cem como um benefício, dada a precariedade dos serviços do governo. Quem é empresário e precisa encontrar a melhor alternativa de benefícios para seus funcionários sabe exatamente o que isso significa.

O mecanismo é simples: entre os vários planos oferecidos pela assistência médica privada, busca-se aquele que melhor vai atender às necessidades de seu pessoal, a um custo aceitável. Cada serviço prestado tem um custo e arcar com ele vai depender da capacidade financeira da empresa. Ao mesmo tempo, quem não estiver satisfeito com o plano que

tem, pode contratar outro. Isso se chama liberdade de mercado, um princípio básico em qualquer economia.

Ora, a aprovação do projeto do Ministério da Saúde irá simplesmente pisotear esta liberdade. Desaparecem as diferenças entre os planos e, utopicamente, todos os usuários terão uma cobertura de amplitude quase ilimitada.

Porém, a realidade é outra: a maior parte das empresas

não poderá contratar um serviço desta envergadura. Por ser inviável, o decreto irá se tornar mais uma de nossas leis desacreditadas e descumpridas.

O alerta é simples e fácil de ser entendido entre aqueles que mantêm uma visão realista dessa questão. Infelizmente, nós não vivemos de ideais. Não existe nada gratuito numa economia de mercado ou mesmo estatizada. Um plano de saúde contratado deve ser, a princípio, um benefício complementar. O plano completo é apenas uma opção a mais, pela qual paga-se um preço maior. Esta franqueza, com a qual procuro afastar a viabilidade deste projeto, certamente choca aqueles que criticam o lucro na área da saúde e pregam uma certa "moralidade" no setor.

De fato, é desumano não tratar de casos de AIDS, meningite e outras doenças graves por cláusulas contratuais. Em muitos casos, as restrições precisam realmente diminuir ou acabar. A solução, porém, não pode vir por decreto.

Radicalizar e inviabilizar os planos privados é um grande erro, mesmo porque sabemos que o governo não tem condições de responsabilizar-se pela saúde de todos os brasileiros.

A própria existência destes planos desonera o Estado de parte de suas obrigações. Por isso, é preciso envolver os segmentos oficiais e supletivos numa discussão realmente aberta, de ambas as partes.

Precisamos combater as formas irresponsáveis de legislar, que se apóiam perigosamente na demagogia. Infelizmente, o Estado brasileiro ainda sente-se à vontade para ditar normas e controlar as empresas, ferindo a liberdade de mercado e prejudicando, muitas vezes, atividades essenciais ao bem-estar da população, como é o caso de saúde.

O que se torna necessário, portanto, é esquecer as utopias e encontrar, por meio do diálogo, uma solução mais adequada para esta importante questão.

■ Renato Craidy Cury é diretor-executivo da Panex e diretor da Associação Comercial de São Paulo.

**Açodamento
do governo
pode acabar
prejudicando
os que queria
beneficiar**